

# **A dinâmica da paisagem quilombola a partir dos sítios históricos e relações dos afrodescendentes da comunidade de Galeão, na ilha de Tinharé, Bahia: uma abordagem interdisciplinar entre arqueologia, história e etnografia**

**Fabio Guaraldo Almeida**

Doutorando do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Mestre em Arqueologia pelo MAE/USP e Cientista Social pela FFLCH/USP

Pesquisador colaborador do LINTT/MAE/USP

*E-mail:* fabio.almeida@usp.br

Recebido em: 28/12/2018.

Aprovado em: 19/02/2019.

**Resumo:** Desde uma abordagem interdisciplinar típica da ciência arqueológica, o presente artigo pensa sobre a temporalidade da paisagem quilombola na Ilha de Tinharé, localizada no município de Cairú, estado da Bahia, através dos referenciais dos moradores locais. Entre as unidades de análise da pesquisa, a paisagem é importante para localizar e contextualizar a cultura material desta população afrodescendente e seus referenciais históricos. Para tanto, os dados da pesquisa etnográfica realizada junto a comunidade quilombola de Galeão (situada na ilha de Tinharé), foram relacionadas as informações levantadas na documentação histórica e bibliográfica, possibilitando o mapeamento dos sítios arqueológicos que compõe a atual paisagem quilombola da ilha de Tinharé, incluindo os antigos quilombos. Quanto ao processo histórico de formação dessa paisagem, o artigo apresenta uma dinâmica própria da diáspora. Para além do pensamento de relações polarizadas e de aspectos de controle – entre senhor/escravos, dominador/dominado, casa grande/senzala –, a dinâmica paisagem quilombola da ilha foi formada por redes de solidariedade, relações econômicas e ações cotidianas, onde circulavam comunidades de africanos e afrodescendentes formadas por escravos, forros, homens livres pobres e quilombolas, configurada como um verdadeiro “campo negro” (GOMES, 1995).

**Palavras-chave:** Temporalidade. Paisagem. Quilombola. Ilha de Tinharé. Comunidade de Galeão.

## ***The dynamics of the quilombola landscape from the historical sites and relations of African descent in the community of Galeão, on the island of Tinharé, Bahia: an interdisciplinary approach between archeology, history and ethnography***

**Abstract:** From an interdisciplinary approach typical of archaeological science, the present article tries to think about the temporality of the quilombola landscape in Tinharé Island, located in the municipality of Cairú, state of Bahia, through the reference of the local inhabitants. Among the units of analysis of the research, the landscape is important to locate and contextualise the material culture of this afrodescendant population and its historical references. In order to do this, the data of the ethnographic research carried out in the community of Galeão (located on the island of Tinharé), related the information collected in the historical and bibliographic documentation, making possible the mapping of the archaeological sites that make up the present quilombola landscape of the island of Tinharé including the former quilombos. As for the historical process of formation of this landscape, the article presents a dynamic of the diaspora. In addition to the thought of polarized relations and aspects of control - between master / slaves, dominator / dominated, big house / senzala -, the dynamic quilombola landscape of the island of Tinharé was formed by networks of solidarity, economic relations and daily actions, where communities of Africans and Afro-descendants, made up of slaves, liners, poor free men and quilombolas, formed as a true "black field" (Gomes, 1995).

**Keywords:** Temporality. Landscape. Quilombola. Tinharé Island. Galeão community.

## Introdução

A questão central dos primeiros estudos da arqueologia da escravidão, realizados nas *plantations* norte-americanas, na década de 1960, era identificar a cultura material dessa categoria social desprovida de direitos (FAIRBANKS, 1984). Posteriormente, o interesse passou a ser pelos padrões de identificação dos sítios afro-americanos, objetivando distinguir o comportamento e status social destes em relação à sociedade branca dominante (SINGLETON, 1995). Já na década de 1990, com a arqueologia pós-processual, a arqueologia da diáspora africana passa a focalizar temas tais como liberdade, resistência e agência (LEONE *et al.*, 2005).

Assim como nos Estados Unidos e Caribe, também no Brasil os desafios relacionados à visibilidade dos sítios e ao reconhecimento da associação entre a cultura material destes sítios e os grupos formados pela diáspora africana ocasionou o desenvolvimento de estratégias de levantamento sistemático, considerando o contexto como principal variável de análise das pesquisas arqueológicas sobre o tema (SYMANSKI; SOUZA, 2007:216). Nesta perspectiva, a cultura material é interpretada segundo o contexto histórico, espacial e simbólico no qual se apresenta, a fim de explorar seu potencial informativo em termos de manutenção das alteridades e dinâmicas sociais na etnicidade (AGOSTINI, 1998a; ALLEN, 1998; FUNARI, 1998a; JACOBUS, 1996; MORALES, 2001; ORSER, 1998; SOUZA, 2002; 2007; SOUZA; AGOSTINE, 2012; SYMANSKI, 2007; 2010; SYMANSKI; SOUZA, 2007).

Entre as unidades de análise das pesquisas, a paisagem sempre foi importante para localizar e contextualizar a cultura material destas comunidades africanas e afrodescendentes no continente Americano.<sup>1</sup> Mais recentemente, estudos arqueológicos e históricos desenvolvidos no Brasil mostram como é possível pensar a organização espacial própria do interior das fazendas, ou até mesmo das próprias senzalas, a partir da perspectiva de autonomia cultural (AGOSTINNI, 2002a; 2013; GOMES, 2013; 2015; SOUZA, 2016). Para além dos aspectos de controle e pensamento restrito às relações polarizadas – entre senhor/escravos, dominador/dominado, casa grande/senzala –, esta abordagem tem revelado uma paisagem própria da diáspora, formada por redes de solidariedade, relações econômicas e ações cotidianas, onde circulavam comunidades de africanos e afrodescendentes formadas por escravos, forros, homens livres pobres e quilombolas (GOMES, 2013, p. 93).

Com base na perspectiva teórica destes estudos, o presente artigo procura pensar sobre a temporalidade da paisagem quilombola na Ilha de Tinharé, localizada no município de Cairú, estado da Bahia, através dos referenciais dos moradores locais. Para tanto, uma

pesquisa etnográfica junto a comunidade quilombola de Galeão (situada na ilha de Tinharé) está sendo realizada, concomitante ao levantamento de documentação histórica e dos sítios arqueológicos existentes no entorno. O objetivo é compreender o modo como a comunidade concebe sua paisagem, a partir de seus significados e temporalidade, no processo histórico de formação da identidade quilombola regional.

Como veremos, os primeiros resultados obtidos apontam para uma paisagem da Ilha de Tinharé, constituída a partir das relações que os moradores de Galeão estabelecem com outros segmentos sociais do município de Cairú, tanto do presente quanto do passado. A temporalidade dessa paisagem reflete, na memória dos antigos moradores e na territorialidade dos jovens de Galeão, aspectos remanescentes das relações sociais constituídas no período da escravidão. Enquanto comunidade quilombola, as relações não estão restritas às políticas do Estado, ao controle econômico da classe dominante ou as restrições religiosas da igreja. Enquanto paisagem quilombola, a Ilha de Tinharé apresenta um conjunto de sítios formados por fazendas, engenhos, casas, igrejas, povoados, trilhas, rios, canais, áreas de pesca, roça, extrativismo, caça e assentamentos de escravos fugidos. Todos estes espaços fizeram e fazem parte da territorialidade dos quilombolas. A partir das relações de parentesco, cumplicidade, negócios comerciais e subversão a ordem escravocrata, os quilombolas conectaram todos estes sítios, “funcionando como um movimento permanente de reconfiguração de cartografias da cultura escrava” (GOMES, 2013, p. 94).

Como salienta Flávio Gomes, a partir destas “zonas de fronteiras borradas envolvendo práticas, alianças, saberes e produção da cultura material”, podemos identificar o processo de formação de comunidades rurais negras e remanescentes de quilombos no pós-abolição (GOMES, Op. cit.), assim como também, reconhecer o conjunto de sítios que configura a materialidade desta paisagem quilombola em toda sua temporalidade histórica.

## **1 A comunidade de Galeão**

Situado na região denominada Baixo Sul Baiano ou Costa do Dendê, no estado da Bahia, o município de Cairú é formado pelo arquipélago costeiro de Tinharé, com 463,344 Km<sup>2</sup> de extensão, contemplando 36 ilhas. A linha costeira se estende ao longo da ilha de Boipeba ao sul e a ilha de Tinharé ao norte (maior ilha do arquipélago). As outras ilhas são abrigadas, configurando um cenário típico de lagamar.

Segundo dados atuais da Fundação Cultural Palmares, o município de Cairú possui cinco comunidades autodenominadas quilombolas. Das cinco comunidades reconhecidas até o

momento, nenhuma possui certificado de titulação territorial emitido pelo INCRA<sup>2</sup>. Entre as comunidades autodenominadas quilombolas encontra-se o povoado de Galeão.

A comunidade de Galeão é um povoado de aproximadamente 2 mil habitantes, localizado na ilha de Tinharé, voltado para o continente, em frente a foz do rio Una, próximo à cidade de Valença (maior entreposto comercial da região). A vila faz fronteira com o povoado de Gamboa, ao lado de Morro de São Paulo, havendo uma trilha para o primeiro e outra para o segundo povoado. O acesso a partir do continente, é feito exclusivamente por barco, saindo de Valença, no trecho mais curto.

A falta de um balneário atraente para recreação exclui a comunidade do circuito turístico, do qual as praias de Gamboa e Morro de São Paulo fazem parte, desde a década de 1970. Por outro lado, Galeão não sofreu o processo de exclusão social e adensamento populacional, cujas comunidades de Gamboa e Morro de São Paulo foram vítimas, devido à especulação imobiliária, causada pelo turismo em massa e à falta de gestão pública. Por isso, povoado de Galeão preserva de extensos trechos de mata atlântica, restinga e manguezais, além antigos laços familiares entre seus moradores.

Em 2009, o vilarejo de Galeão era composto por uma população aproximada de 1.200 moradores, distribuída em cerca de 313 residências (SANTOS et al, 2009, p. 55). Os dados censitários indicam a origem étnica da população é formada por 64% de declarantes negros; 31% de pardos e 5,6% de brancos (IBEGE, 2010).

A auto declaração da comunidade foi concedida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2007. A “Certidão de Auto Reconhecimento” está assinada por cinco representantes da comunidade. A identidade quilombola é uma demanda recente na comunidade. Os mais velhos não reconhecem essa denominação, e apresentam certo receio sobre as consequências de assumir esta identidade. Por outro lado, os mais novos demonstram maior aceitação. O tema é abordado na escola municipal, onde a maioria dos professores e a diretora são moradores da comunidade. Os professores ensinam os alunos a valorizar os referenciais da identidade de matriz africana e o sentido contemporâneo de ser reconhecido como comunidade quilombola.

Galeão apresenta uma rua principal pavimentada de paralelepípedo, que liga a parte baixa no sul com a parte alta no norte do vilarejo. A parte alta é marcada por um outeiro, onde a igreja de São Francisco Xavier foi construída no ano de 1624, como um marco paisagístico. As construções mais antigas ainda erguidas ou em ruínas encontram-se ao longo da rua principal, na parte alta do vilarejo. Feitas de tijolo, com base de pedra, estas edificações são remanescentes do tempo em que uma oligarquia regional habitava a vila.

Atualmente, a principal economia do distrito de Galeão é a pesca. Além da pesca, o extrativismo da piaçava também é uma importante fonte de renda, assim como o extrativismo do dendê, o comércio de pequeno porte, o turismo regional, e ainda dois vereadores municipais.

Em Galeão, a pesca é praticada tanto com vara e redes, como com armadilhas. Normalmente, o trabalho que envolve a pesca é feito em família, inclusive a confecção do samburá, bicheiro, embiricica, ripicher, pulça, munzuá, facheira e outros objetos de utilizados na pesca de peixes e caranguejos<sup>3</sup>. As armadilhas de pesca são variadas entre objetos de cestarias (alguns dos quais foram mencionados acima) e estruturas grandes armadas no estuário. Estas estruturas são denominadas *camboas*.

As camboas tradicionais são feitas para pegar peixe, mas devido à alta no comércio de crustáceo, a camboa de camarão é a mais utilizada atualmente. Antiga moradora de Galeão, D. Dezinha conta que a camboa de camarão foi criada por seu pai, Sr. Antônio Macale Campos. Como uma variação da camboa de peixe, a de camarão é em forma de “V”, como um funil com as estruturas para prender os crustáceos localizadas onde as duas linhas se encontram.

A pesca é uma instituição importante na comunidade. Muito da paisagem cultural de Galeão tem como referência os lugares de pesca e de armar as camboas. O conjunto de lugares onde as camboas são armadas recebe a denominação de “Costeiros da Camboa”. Cada grupo de pescador ocupa um ou mais Costeiro de Camboa. Como em Galeão existem três grupos de pescadores, cada grupo possui seus Costeiros de Camboa delimitados na paisagem.

A documentação histórica mostra que esta técnica de pesca é praticada na região do arquipélago de Tinharé há mais de 200 anos. Entre os artigos da Postura de Cairú, publicada no ano de 1837, o Artigo 20 cita a prática de camboa disseminada ao longo da costa da sede do município. Como veremos, a mariscada também é uma atividade praticada há bastante tempo na região. Sítios arqueológicos são encontrados com vestígios correspondentes a este tipo de atividade.

## **2 Transformação da paisagem nativa**

Encravada entre duas regiões que foram fortes polos de exportação em diferentes momentos históricos, a região conhecida como costa do Dendê não consolidou uma economia de exportação, mas foi protagonista de um mercado interno que sustentou estes polos de exportação e a capital do império durante séculos. A característica insular de sua geografia e a

relação de diferentes grupos culturais configuraram paisagens históricas formadas por cores, cheiros e formas compartilhadas.

Segundo o historiador Silva Campos, a criação das vilas de Cairú, Boipeba e Camamu foi ordenada, em 1565, pelo segundo donatário da capitania de Ilhéus, Lucas Giraldes. Nas palavras do historiador, o objetivo era “instruir núcleos de moradores brancos que constituíssem outros tantos centros de resistência às incursões do número e fero genticio daquela parte do feudo, bem como de atração dos índios mansos, estes aliados aos portugueses” (CAMPOS, [1937] 1981, p. 67).

Neste período, o papel dos jesuítas na formação dos núcleos de colonizadores na região com mão de obra indígena teve destaque. A sesmaria doada por Mem de Sá à Companhia de Jesus, fazia dos inacianos administradores de quase metade das terras da capitania. A sesmaria estendia-se por 12 léguas entre a Barra do Rio das Contas e a Baía de Camamu, incluindo Boipeba, onde foi construída a igreja Divino Espírito Santo em 1616, e a parte ocidental da ilha de Tinharé, onde a igreja de São Francisco Xavier está localizada no distrito de Galeão (já citado).

A importação de escravos africanos na colônia já existia desde a segunda metade do século XVI, mas era pouco investida. Na região do Recôncavo, a transferência da mão-de-obra indígena para a mão-de-obra escrava ocorre no início do século XVII (SCHWARTZ, 1988, p. 68). Na região alvo do estudo, a transição é gradual e mais tardia. No século XVII, Ilhéus já mantinha uma rota direta para Angola. Os portos de Angola eram os principais consumidores da farinha de mandioca produzida na Capitania de São Jorge de Ilhéus, neste período. O pagamento ocorria à base de troca de mercadorias variadas, entre as quais havia preferência pela aquisição de escravos (Op. cit, p. 105).

No entanto, a mão-de-obra indígena representa a maior importância na Capitania até a segunda metade do século XVII. Durante este período, o escravo africano era artigo de luxo, por seu alto custo na aquisição e sustento. Com base na escravidão que os portugueses utilizavam há tempo na Europa e nas ilhas do Atlântico, Stuart Schwartz afirma que os colonos no Brasil pensavam a mão-de-obra africana com aptidões para os serviços domésticos e atividades especializadas, como artesãos urbanos e mestres de engenhos. “Os primeiros cativos negros vieram para o Brasil como criados particulares ou trabalhadores especializados, e não para lavrar os campos” (SCHWARTZ, 1988, p. 66).

Possivelmente, quando a igreja Matriz de Cairú foi construída em 1610, a matéria-prima utilizada teria sido a madeira, extraída pelos indígenas na ilha de Tinharé ou Boipeba (núcleos jesuítas), e a mão-de-obra utilizada na construção tenha sido de africanos

escravizados (frequentemente ocupados nos trabalhos dos engenhos e fazendas ou na construção civil nas vilas).

Na segunda metade do século XVII, a paisagem do baixo sul começava a se transformar lentamente, tanto em seu aspecto social quanto físico. Como parte destas transformações, os conflitos culturais e econômicos são inexoráveis. No campo econômico, o conflito tomou maiores proporções, quando, em 1644, o governador Afonso Furtado proibiu que se construíssem engenhos e se plantassem canaviais e fumos em Cairú, Camamu e Boipeba<sup>4</sup>. A partir de então, toda a força de trabalho deveria voltar-se para a produção de farinha de mandioca, que era direcionada para Salvador e aos engenhos do Recôncavo (CAMPOS, 1980, p. 111)<sup>5</sup>.

Ao longo do século XVIII, Camamu foi o município que mais produziu e comercializou a farinha de mandioca (DIAS, 2007a, p. 74). Ilhéus também produzia o insumo alimentar, cuja finalidade era alimentar a rota comercial com Angola (CAMPOS, 1980, p. 81). As regiões de Cairú e Maragogipe, por sua vez, se dedicavam totalmente ao abastecimento do mercado baiano (SCHWARTZ, 2001, p. 166). Ao que parece, os dois municípios se beneficiavam da localidade privilegiada em relação a capital da Província.

No entanto, Cairú possuía uma diversidade de produtos comercializados maior do que outros municípios da capitania. Ao longo do século XVIII, a vila lucrava com a exportação de madeira para Lisboa<sup>6</sup>. Em passagem escrita por Vilhena (1969, p. 495), o autor indica que a extração de madeira era generalizada na região e a destinação de uso era variada. Segundo ele, a extração de madeira era favorecida pela geografia lagunar da região, cujos canais e golfos em desembocadura de rios facilitavam o acesso de canoas, para escoar as madeiras aos portos de carregamento.

A extração sem distinção do porte ou tipo de madeira, causava mudança na paisagem das matas de Cairú. As espécies nativas davam lugar aos coqueiros trazidos pelos colonos – com a clara intenção de introduzir elementos da paisagem europeia no novo território –, associados às igrejas e casarões de arquitetura barroca, os quais eram construídos como marcos nas paisagens das vilas.

Todavia, a vila de Cairú experimentou um momento de expansão econômica com o corte de madeira ao longo do século XVIII e início do século XIX. Beneficiada pela localização próxima a capital da Província e pela característica lagunar (facilitando o acesso as áreas de densa floresta e o escoamento das madeiras), Cairú se destacou entre as outras vilas da capitania. As próprias atividades agrícolas e a infraestrutura da vila, como a construção dos portos e abertura das poucas estradas, foram impulsionadas pela exportação da

madeira. Além das lavouras de mandioca, outras culturas foram introduzidas nas ilhas e continente de Cairú.

Mesmo com a injeção monetária deste período, Cairú continuava sendo uma vila formada por pequenos proprietários rurais. Entretanto, esses proprietários estavam capitalizados. Segundo Dias, a capitalização de Cairú refletiu na maior concentração de escravos africanos em comparação com às outras vilas da capitania (DIAS, 2007, p. 76). Os proprietários de Cairú não utilizavam mais mão-de-obra indígena. Segundo ofício de Baltasar da Silva Lisboa (*apud* LAPA, 1968, p. 30):

Foi também de muita conveniência a Cairú a exportação do café, os cortes de madeira, porém derão huma summa vantagem à sua agricultura, pois que entrarão a empregar nos córtes seus escravos, a comprar bois para os arrastos, os dinheiros que entrarão de S. M. para pagamento dos serviços dos córtes lhes facilitarão os meios de adquirir e lhes gragearão huma superioridade de agricultura, de commercio e de riquezas às outras villas.

Em 1757, o vigário de Cairú, José Pereira de Sá, descreve a vila com 322 fogos e 2.102 habitantes e a freguesia vizinha, Taperoá, com 160 fogos e 560 moradores, “povoada na maioria de negros e mulatos cativos” (CAMPOS, 1980, p. 147). Em 1780, uma lista de produtores de mandioca<sup>7</sup> aponta 188 pessoas em Cairú, das quais 169 possuíam escravos, correspondente à quase 90% dos produtores. “Esses produtores tinham uma média de 4,3 escravos, e somente quatro possuíam 15 ou mais” (SCHWARTZ, 2001, p. 167).

Segundo estes dados, Cairú possuía uma população de 169 senhores de escravos, 769 escravos e 19 agricultores livres (que trabalhavam com o próprio braço). Com base na mesma lista, Francisco Carlos T. da Silva (1991, p. 97-202) calcula que 94% destes produtores de Cairú chegavam a plantar 10.000 covas do tubérculo. Associando este dado ao cálculo de que, um terço da farinha produzida em 500 covas proporcionaria sustento suficiente para cada pessoa (SCHWARTZ, 2001, p. 158; CARDOSO, 2004, p. 110). Podemos estimar que cada proprietário tinha 8 mil covas de mandioca destinadas a comercialização, supondo que este senhor fosse responsável pelo sustento de cinco escravos e de outras seis pessoas da família<sup>8</sup>.

Este cálculo demonstra a fartura de serviço e, conseqüente, mão de obra escrava que reinava no município até o início do século XIX. As matas destinadas ao extrativismo de madeira para exportação disputaram espaço com as áreas de plantação, principalmente, direcionadas para a produção da farinha de mandioca, comercializada no neófito mercado interno da colônia. O capital proveniente da atividade de exportação (a madeira) foi investido na produção de insumo para abastecer este mercado.



Como resultado dessa política de desenvolvimento econômico dos colonos locais, a paisagem de Cairú se transformou por completo e, com ela, as relações sociais também. Durante o século XVIII, Cairú assistiu ao vasto corte da mata nativa e ao povoamento da mão africana. Com a mão de obra nativa empregada no corte da mata no primeiro momento, os colonos financiaram a aquisição de escravos importados da África. Junto com os africanos, as palmeiras de dendê passaram a compor a paisagem das ilhas e terras costeiras da capitania de Ilhéus. Cairú não possuía mais “gentio selvagem”, nem mata nativa. No lugar ficaram os africanos e as palmeiras de dendê.

### 3 os mocambos e quilombos históricos

Como vimos, os proprietários das terras do litoral da capitania de Ilhéus utilizaram da mão de obra indígena até o fim do século XVII. No entanto, nessa época, a região já mantinha uma rota comercial direta com os portos de Angola e Congo. E haviam relatos da presença de africanos em trabalhos especializados como a construção civil, trabalhos domésticos e, principalmente em Cairú, na agricultura.

Outro indicador da presença de mão de obra escravizada vinda da África são as documentações sobre a formação de *mocambos* na região<sup>9</sup>. O primeiro relato da presença de assentamentos de africanos fugidos das senzalas de Cairú foi ainda no século XVII. Schwartz cita que “em 1667, o Governador Alexandre de Souza Freire solicitou quarenta milicianos negros ao governador de Pernambuco para, juntamente com negros e índios baianos, serem usados na luta contra os quilombos em Cairú e Camamu” (SCHWARTZ, 2001, p.225, nota 10)<sup>10</sup>. Silva Campos comenta que, em 1673, os moradores de Cairú pediram auxílio ao capitão-mor e ouvidor da capitania dos Ilhéus, Manoel Peixoto d’Eça, para dar batida em um mocambo (CAMPOS 1980, p. 122). Anos depois foi a vez de Camamu assistir a “verdadeira batalha campal entre os negros amocambados e a tropa, sendo aqueles quase todos presos, e justicados os cabeças” (Op. cit, p. 125-126).

Segundo os dados levantados por Schwartz, os municípios de Cairú, Camamu e Ilhéus conviveram com a formação de quilombos, mais do que outras regiões da Bahia:

Embora fossem as paróquias açucareiras do Recôncavo Baiano as que possuísem o maior número e a porcentagem mais alta de escravos, a região da Bahia que experimentou a maior incidência de formação de mocambos foi a dos distritos sulinos de Cairú, Camamu e Ilhéus. (SCHWARTZ, 2001, p. 224).

Para o historiador da citação, a principal razão que levou à grande concentração de quilombos nesta região em detrimento à outras foi sua característica fronteiriça. A distância da capital Salvador dificultava possível ajuda militar, tanto para impedir o êxito das fugas como para combater os quilombos já formados. Apesar da presença da fortaleza em Morro de São Paulo, Cairú não possuía contingente militar suficiente para fiscalizar todo seu território e dar cabo dos quilombos formados. Tanto que para combater os quilombos durante o período colonial, os moradores solicitaram ajuda primeiro ao Governador de Pernambuco e depois ao capitão-mor de Ilhéus<sup>11</sup>.

Outra razão apontada por Schwartz para justificar a formação dos quilombos em Cairú, é a maior quantidade de escravos em relação à população branca. No entanto, como vimos, comparada com o Recôncavo, a região do baixo sul tardou em substituir a mão de obra indígena por africana. Apenas ao longo do século XVIII, com a capitalização promovida pelo corte de madeira, a mão de obra africana passou a ser predominante em Cairú. Apesar disso, a população africana escravizada ainda não era maioria na metade do século, perfazendo 40% da população do município (com base nos números de moradores e porcentagem de escravos por produtores, apresentados no capítulo anterior).

De qualquer forma, a presença de assentamentos de escravos fugidos foi uma ameaça aos mantenedores do sistema escravocrata local desde antes do século XVIII. Em 1720, o vice rei do Brasil, Conde do Vimieiro, escreveu uma carta ao administrador da feitoria de Cairú, na qual demonstra desassossego pela sequência de levantes contra o sistema colonial:

Vossa Mercê, assim que receber esta obrigue logo logo a todos os **Capitães-mores dos mocambos** e mais **Capitães do Mato** desses distritos façam entradas a eles e prendam os negros que andarem dispersos para que se fique evitando o dano e discômodo que padessem os ditos moradores, e quando o não executarem com toda a brevidade os remeta Vossa Mercê presos à cadeia desta cidade à nossa ordem.<sup>12</sup>

Apesar de não haver guardas municipais, a carta indica que os distritos da capitania contavam com agentes especializados no combate aos quilombos. Esta estrutura formada por *Capitão do mato* e *Capitão-mor dos mocambos* provavelmente é reflexo da segunda metade do século XVII, quando sucessivos quilombos foram formados em Camamu e Cairú, sendo os últimos nos anos de 1692 e 1693, respectivamente<sup>13</sup>. A capitania dos Ilhéus contava com prestígio quando o assunto era combate aos africanos aquilombados e ataques indígenas.

Ainda no ano de 1720, o então empossado vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, visitou a região de Cairú e outros municípios da capitania. Bastante elogiado pela dedicação, o vice-rei exercia suas ações pública em prol dos seus conterrâneos. Entre as

medidas que ele ordenou para o “bem-estar dos moradores”, Silva Campos cita a formação de “uma aldeia de índios mansos nas cabeceiras de Cairú”, e “forte campanha contra os quilombos das matas do Jequiriça, de Cairú, do rio de Contas, do Pardo e do Jequitinhonha [...]” (CAMPOS, 1980, p. 128-129).

Há notícias da formação de uma aldeia indígena denominada Santa Ana, formada no ano de 1735, sob a administração do Alcaide-mor João Vieira de Azevedo, em um período em que os moradores de Cairú “se achavam reduzidos à uma grande miséria” devido aos sucessivos assaltos dos “gentios bárbaros”<sup>14</sup>. Por outro lado, o empenho das autoridades em combater os índios insubordinados parece ter facilitado a fuga de escravos africanos e a formação de quilombos. Um ano depois de sua visita à Cairú, o então vice-rei informava ao El Rei de Portugal sobre a insistente presença de um mocambo com mais de 400 habitantes, localizado no município de Cairú<sup>15</sup>. Este número é significativo para o contexto da região na época. Se comparado com a quantidade de habitantes que o município contava no final do século, este quilombo agrupava quase 20% da população. Comparado ainda com a projeção de escravos que o município possuía na mesma época, o quilombo concentrou mais de 50% dos escravos de Cairú.

É provável que nem todos os membros do quilombo fossem escravos fugidos do mesmo município. Os escravos não respeitavam as fronteiras municipais no momento das fugas, ou mesmo depois do quilombo formado. A mobilidade dos escravos parece ser comum, tanto entre as ilhas do arquipélago, quanto na ligação com as terras no continente. Esta facilidade de deslocamento dos “negros” era motivo de preocupação das autoridades “brancas” da época.

Em 1830, o Juiz de Paz escreve ao Presidente da Província satisfeito pelos primeiros resultados da patrulha de polícia no município.<sup>16</sup> A patrulha realizada na vila sede de Cairú, provavelmente, impedia a travessia de escravos de fazendas localizadas na ilha adjacente, Tinharé. Esta última ilha é maior que a ilha sede. Na ocasião, havia muitas fazendas com escravos, nenhuma fiscalização e muita *mata*.

Como os locais menos acessíveis eram propícios para organizar os assentamentos clandestinos, supõem-se que as matas da ilha de Tinharé receberam escravos fugidos das fazendas do entorno e da sede do município, formando importantes e duradouros quilombos históricos. Isso explicaria uma das razões que levaram o Presidente da Província a conceder guardas para a patrulha na vila.

Ao que parece, a preocupação com a facilidade que os escravos possuíam no trânsito entre as diferentes ilhas e vilas da região não era infundado. Um ano antes das patrulhas

iniciarem seu serviço em Cairú, o Juiz de Paz Suplente da vila vizinha, Valença, informava à autoridade Provincial sobre a facilidade com que escravos fugidos, com quilombos formados no povoado de Galeão, atravessam o canal em direção à vila de Valença.<sup>17</sup>

A presença de quilombolas no povoado de Galeão é significativa, pois o vilarejo foi constituído no entorno da igreja de São Francisco Xavier. Apesar da localização estratégica (na frente do antigo povoado de Valença e no meio do caminho entre a sede Cairú e o forte do Morro de São Paulo), o povoado não teve grande desenvolvimento populacional. A população estava distribuída nas fazendas de pequenos proprietários, que compunham a paisagem da beira dos rios. Na grande maioria, as fazendas eram extrativistas da piaçava, do coquinho e a extração de madeira de arrasto. Algumas fazendas plantavam mandioca para fabricar farinha. Havia também poucas fazendas de gado.

Dias (2007, p. 256) apresenta a lista das propriedades existentes nestas freguesias e os produtos mercantis da região, como o arroz, o milho, o café e o cacau, além do extrativismo da piaçava. Entre 1775 e 1802, as fazendas abertas na ilha de Tinharé próximo de Galeão, como Pigico, Molumbi, Sororó, Panhenga, Aroeiras, Papacubu, produziam arroz, mandioca, café, algodão, madeira, piaçava, casca de manguê e de murici, coquinho e cordoarias, além do zimbo “exportado para a Costa d’África”<sup>18</sup> (CAMPOS, 1980, p. 148).

Em 1833, os vereadores de Cairú acharam por bem criar o distrito de Galeão, com Juiz de Paz para a Capela de São Francisco Xavier. O novo distrito passou a ocupar todas as terras da ilha de Tinharé, entre o Morro de São Paulo (desde o rio Tapicanga até o Caratinguí) e Boipeba (do rio Tanhenga até o Caratinguí). A princípio, a questão é saber qual a função do povoado de Galeão para os quilombolas? O povoado não poderia ser um quilombo neste período, haja visto a presença da Capela e do Juiz de Paz. No entanto, o povoado era pequeno e segundo a história oral, era pouco habitado. Seus habitantes passavam a semana nas sedes das fazendas e voltavam para o povoado nos dias de feira, aos fins-de-semana ou dias de santo.

As sedes das fazendas localizavam-se ao longo do braço de mar (canal) da ilha. Já o interior das ilhas sempre foi um ambiente completamente inóspito aos brancos. Quase nenhuma informação sobre este ambiente pode ser abstraída dos relatos escritos. Ao descrever a paisagem das ilhas do arquipélago de Tinharé no ano de 1757, por exemplo, o vigário de Cairú revela os limites conhecidos pela população branca da época. Segundo ele: “só havia atividade, só havia vida, só se encontravam moradores na costa; que pelo sertão adentro, apesar de inteiramente sesmado, não se encontravam mais que ‘feras onças’ e gentio indomado” (CAMPOS, 1980, p.147).

No entanto, esse ambiente não era desconhecido pelos cativos e escravos fugidos que praticavam o extrativismo, a roça e a pesca. As matas configuraram paisagens conhecidas e habitadas pelos indígenas e africanos. As paisagens dos caminhos entre fazendas, senzalas e vilas, tanto “nos caminhos do mato” quanto nos estreitos canais e rios margeados por mangue, eram conhecidos por estes habitantes que trabalhavam cortando e escoando a madeira, como também na pesca e mariscagem. Os lugares de pesca e mariscagem também envolviam “o mato”, enquanto lugar desconhecido pelos brancos, dominados por elementos e seres fétidos dos mangues, como moscas, cobras e “feras selvagens”.

Estudos da paisagem de comunidades de escravos principalmente do século XIX, apontam o fato relevante de se observar a mata enquanto parte da paisagem construída e integrada à vida cotidiana dos africanos e afrodescendentes escravizados no Brasil <sup>19</sup>. Agostini (2013, p. 59-81) ao abordar a paisagem construída pelos escravos das fazendas de café fluminense no século XIX, aponta para dois tipos de espaço: o espaço estrutural, normatizado e regrado, envolvendo lugares frequentados pelos escravos e controlados pelos brancos, como a cozinha das casas-grandes e até mesmo as senzalas; em oposição aos espaços liminares, onde o branco não controlava por não ter acesso. Estes últimos seriam então as matas, onde os escravo e fugitivos formavam roças, ranchos, acampamentos temporários para a pesca e quilombos (acampamentos permanentes ou não de escravos fugidos). Muitos destes lugares situavam-se nas matas das próprias fazendas, onde o senhor branco pouco frequentava e permitia que os escravos utilizassem para levantar roças e pequenas choupanas de pesca, onde podia servir de lugar de trabalho, de descanso ou, ainda, ponto estratégico de apoio para os fugitivos (AGOSTINI, 2013, p. 74).

Assim como hoje, toda a terra da região tem dono (nas palavras do vigário: “inteiramente sesmada”), mas apenas uma pouca porcentagem delas era ocupada por seus proprietários. O restante das fazendas era composto por “um espaço muito menos isolado e sim como reconstrução permanente e diálogo em torno das sociabilizações, trocas culturais, consumo e produção de cultura material” (GOMES, 2013, p. 85). Flávio Gomes denomina estes lugares como “espaços/territórios” ou, utilizando o termo de Kate (2008) “espaços de circunvizinhanças”, que interligam as fazendas e, portanto, suas comunidades formadas por escravas, roceiros, taberneiros, lavradores, pescadores, marisqueiros, extrativistas, marinheiros, carpinteiros, quilombolas e proprietários (GOMES, 2013, p.84). A característica destes lugares revela formas de sociabilização entre africanos e afrodescendentes, além destes com pequenos agricultores e comerciantes do entorno das fazendas e vilas. A socialização acontecia pelo trabalho e relações comerciais, mas se estendia ou precedia momentos de

descontrações, celebrações e festas, geralmente, pouco apreciadas pela sociedade católica branca.

Estas relações entre os escravos, ou entre escravos e homens livres pobres, ou mesmo, dos escravos com seus senhores, são a chave para pensar a forma de construção da paisagem quilombola de Tinaré. A apresentação dos quilombos e do universo de relações que as constantes fugas agenciaram é parte constitutiva do modo de vida e da paisagem quilombola da ilha.

#### **4 A paisagem quilombola da Ilha de Tinaré**

Especialmente em Galeão, a distinção entre escravo urbano e rural parece ser menos rígida. Como vimos, o município era composto por pequenos proprietários, dos quais quase todos possuíam em média quatro escravos. No auge comercial da região, a quantidade de escravos atingiu 40% da população. Este percentual deveria ser maior nas fazendas no entorno dos povoados, onde a população de cativos vivia em cabanas de senzalas. Este quadro suscita diferentes possibilidades de solidariedade e conflito entre a população cativa, os pequenos proprietários, comerciantes, trabalhadores autônomos e as comunidades de escravos fugidos: os quilombos. Estas relações produziam geografias em movimento, conectando lugares e territórios entre o povoado, as fazendas e as matas no interior da ilha.

Em 30 de junho de 1832, o então Juiz de Paz de Valença, José de Souza Vieira, escreve correspondência direcionada ao Presidente da Província para justificar os lugares, dias e horas escolhidos para “estabelecer patrulhas”. Segundo a opinião do presidente provincial, as rondas das guardas municipais de Galeão deveriam restringir-se a área da vila. Nos arraiais das fazendas e trilhas nas matas que ligam as fazendas, senzalas e tabernas não havia necessidade de rondas, por serem “lugares despovoados”, e não haver necessidade de “manutenção da ordem”.

No entanto, demonstrando conhecimento da paisagem descrita e percepção da paisagem desconhecida, o Juiz argumenta e apresenta sua estratégia para manter a ordem escravista nas fazendas e povoado, contra as investidas dos escravos fugidos. Como não possuía quantidade suficiente de homens e armas para destruir os quilombos, sua estratégia inclui, entre outras ações, manter as

patrolhas nas **noites de sábado e domingo** sempre **das seis horas da noite até as doze** por serem urgentes e convir mesmo a conservação e tranquilidade de inúmeras **famílias situadas desde o Tororó até o Galeão, distância de uma légua** (...) havendo pela distância duas patrulhas, uma no Galeão onde é a sua capela ....., e outra no **Arraial do Tororó e Pigico, onde habitam** perto de **vinte proprietários**, porem muitos **agregados e jornaleiros** empregados em onze embarcações navegáveis destes lugares e no fabrico de outras e construção de madeiras, couquilho e piaçava próprias do lugar e mais de **cento e vinte escravos** dos mesmos proprietários.<sup>20</sup>

Aparentemente despovoada, esta paisagem era habitada por cerca de 20 fazendeiros com mais de 120 escravos e muitos agregados e jornaleiros empregados em embarcações navegáveis e outras em construções, provavelmente utilizadas para pescar e mariscar, além de transportar madeiras, coquilho e piaçava.

A lista dos proprietários existentes nesta região entre 1775 e 1802, conforme relatado por Dias (2007, p. 256), apresenta nomes de fazendas conhecidas pelos atuais moradores de Galeão. Hoje, estes lugares estão tomados pelo mato e poucas pessoas da comunidade tem acesso. No entanto, lugares como Pigico, Molumbi e Sororó<sup>21</sup> povoam a memória dos moradores mais antigos e são conhecidos pelos homens que trabalham no mato, com o extrativismo da piaçava, pesca e caça.

Durante a prospecção sistemática junto com os jovens catadores de piaçava de Galeão, nove sítios arqueológicos foram mapeados. Todos os sítios são vestígios materiais das antigas fazendas localizadas entre Pigico e Tororó de cima. Normalmente, estes sítios estão próximos aos cursos ou nascentes d'água. Todos eles apresentam material arqueológico em superfície, principalmente faiança e cerâmica. Alguns poucos possuem estruturas de casa e olarias.

A prospecção arqueológica nestas áreas ainda está restrita a caminhamentos assistemáticos e nenhum material foi coletado, até o momento. Segundo estes primeiros resultados, a região apresenta alto potencial para mapear as antigas fazendas escravistas da ilha. Ao que indica a documentação histórica, estas fazendas eram formadas por uma sede e cabanas de senzalas espalhadas nas proximidades. No entanto esta estruturação precisa ser comprovada com mais pesquisas arqueológicas.

Provavelmente, os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, plantando mandioca para a fabricação de farinha. Demais cereais deviam ser cultivados para subsistência nos quintais das senzalas, como arroz e feijão<sup>22</sup>. Segundo o historiador Ciro Flamarion Cardoso, os portugueses empregavam o sistema de conceder parcelas de terras aos escravos na Ilha de São Tomé e Príncipe, antes mesmo de colonizar o Brasil. Este sistema foi

difundido ao Caribe, com a denominação de "Sistema do Brasil", o que indica que ele foi amplamente adotado nas fazendas coloniais brasileiras (CARDOSO, 2004:91-92).

Cardoso cunhou o termo “brecha camponesa” para designar atividades econômicas que, nas colônias escravistas da América, escapavam ao sistema de *plantation* destinado exclusivamente à exploração da mão de obra escrava e ao lucro dos senhores. A vantagem deste sistema de comodato das terras estaria no vínculo estabelecido entre o escravo e as terras onde ele cultivava. Esta prática era vista pelos senhores como estratégia de harmonia social, pois evitaria revoltas e fugas dos seus escravos (CARDOSO, 2004: 81-82). No entanto, esta estratégia não evitou as fugas de escravos e formação de quilombos no interior da ilha de Tinharé.

Na continuação da carta escrita pelo Juiz de Paz, ele justifica a importância da manutenção das rondas policiais devido à liberdade com que negros fugidos se deslocavam pelo interior das matas das fazendas, negociando mantimentos com os escravos das fazendas:

[...] não havendo as rondas mais fácil vem a povoação **inúmeros negros fugidos** que existem aquiombados nas entranhas das matas destas fazendas (...) venderem e comprarem efeitos e manutenção dos escravos **do representante e de outros que os mantém** [...].<sup>23</sup>

Conforme o Juiz de Paz deixa transparecer em seu depoimento, os escravos das cabanas de senzalas mantinham estreitas relações com a população aquiombada. Neste cenário de cumplicidade, os alimentos cultivados pelos escravos eram distribuídos ou trocados com os escravos fugidos, como estratégia de sustentar suas fugas e contribuir com o início da formação e manutenção do quilombo.

Outro alimento consumido pelos fazendeiros era a carne seca e de outros tipos de criação. Ainda segundo o depoimento do Juiz de Paz, a criação de gado estava supostamente restrita às proximidades do povoado de Galeão, nada sendo mencionado sobre a presença de gado no Arraial. Estes alimentos deveriam ser escassos aos escravos e população livre pobre. Por isso, os quilombolas saqueavam os gados e as criações:

[...] não só negociarem, como **roubarem gados e toda a criação**: violentarem a cidadãos nos caminhos por **tomarem armas**, estuprarem, e como tem sucedido conduzirem a mulheres e crianças para **os ranchos** e a **escravos pacíficos** para os seguir principalmente as fêmeas, e finalmente assassinares e espancarem os que com eles não capitulão. como se sucedeu com um de Raimundo Muniz, que morreu de um tiro dentro da **própria casa na fazenda de seu senhor**. [...] e continua: **seduções dos escravos pacíficos**, a ponto de haver ocasião de proprietário de oito escravos todos fugirem.<sup>24</sup>



As mulheres são figuras raramente mencionadas na documentação histórica. As razões para isso são discutíveis. Deve levar em conta a intenção de seus autores voltados para o combate com os quilombolas e, por isso, tirando raras exceções, os principais alvos são os homens. No entanto, figuras lendárias como Dandara dos Palmares, Maria Felipa, Aqualtune, Luiza Mahin, Mariana Crioula e Tereza de Benguela, são comuns na memória e contos populares. Comunidades quilombolas com liderança e protagonismo feminino na história de formação também é comum em todo o Brasil<sup>25</sup>.

É de supor que as primeiras fugas com intenção de formar os quilombos eram praticados por homens ou mulheres sem filhos pequenos. Assentamentos iniciais, sujeitos a combates e maior mobilidade para escapar das perseguições não deveriam ser frequentados por mulheres com crianças. Depois de formados e, com maior segurança e infraestrutura, os quilombolas poderiam voltar para resgatar suas companheiras, filhos e outros familiares e amigos.

Assim, o que na narrativa do administrador da ordem pode parecer sedução de escravo pacífico ou assalto de escravas, para os quilombolas a lógica seria a de conservar ou retomar relações antigas, a partir de uma nova perspectiva de vida. Podemos imaginar desta forma, os quilombos estabilizados na ilha de Tinaré formados por mulheres, cuidando das crianças e protegendo suas casas, nas noites em que os homens se arriscam nos caminhos dos matos, entre fazendas, para vender e comprar mercadorias no povoado. Entre uma viagem e outra, eles também saqueavam gado e criação dos fazendeiros com quem não possuíam relações de confiabilidade, além de armamentos necessários para a caça e proteção do quilombo.

Décio Freire (1982) classificou os quilombos históricos segundo as atividades econômicas praticadas por eles. Seguindo esta classificação, pode-se dizer que os quilombos de Tinaré praticavam pelo menos duas atividades: predadoras (envolvendo os saques) e mercantis (realizando trocas e negociações). Por outro lado, a comunidade quilombola adaptava-se a realidade social com a qual ela interagia e estabelecia relações além da comercial. Por isso, podemos imaginar que nos quilombos de Tinaré existia o trabalho agrícola, a pesca, a mariscada, a caça, o extrativismo, atividades comumente exercidas pelos escravos locais da época e mantida pelos atuais habitantes da vila.

Além disso, o documento menciona os quilombolas vendendo e comprando mercadorias no povoado. Em Galeão, haviam duas feiras “uma nos sábados na povoação de *Pigico*, e outra nos domingos na da Matriz, as quais concorrem tantas prisões e uma grande parte delas desmoralizadas e perversas”<sup>26</sup>. Relatos orais descrevem a feira do *Pigico* como uma grande feira, que durou até a segunda metade do século XX. Provavelmente os

quilombolas também frequentavam esta feira, vendendo e comprando mercadorias “do representante e de outros que os mantêm”.

Na continuação da correspondência, o Juiz indica a localização aproximada do quilombo e a guarnição necessária para destruí-lo:

Finalmente Excelentíssimo Senhor, **vários quilombos existem nestas matas, nas que se calculão, mais de cincoenta**, Excelência, **vindo também de outros lugares** que vagam desordenando nas noites de sábado e domingo na Povoação, amedrontam aos habitantes, os prejudicão com os continuados roubos de gado e ceduções dos escravos pacíficos (...) e só com as patrulhas nas indicadas noites, no espaço destas mesmas experimenta-se muito melhoramento, mais pacificação nos escravos e sossego de espírito nos habitantes, que **não negociam com os fugidos, só com algumas assaltadas**, das guardas, nos lugares mais próximos, forão presos, por vezes seis, e não tenho podido destruir os **dos quilombolas do centro**, na forma que a lei me incumbe, **por precisar mais força divergida em vários cercos**, para o que não se tem querido prestar os guardas, com pretextos da falta de armas, sustentação e pagamento que me exigem e não sei como hei de remediar por **cinquenta pessoas pelo menos necessárias por pegarem toda mata desta ilha uns oito dias**.<sup>27</sup>

O Juiz utiliza o termo *quilombos* para designar os escravos fugidos e organizados em comunidades nas matas das fazendas de Tinaré. Segundo ele, existem mais de cinquenta deles, sendo que alguns são de “outros lugares”. O Juiz não deixa claro se sua referência de lugar é a Ilha de Tinaré, a vila de Galeão, ou o município de Cairú. Observa-se que o Juiz que escreve a carta é o Dr. José de Souza Vieira, Juiz de Valença<sup>28</sup>. Sua referência então, ou é a própria ilha de Tinaré, a partir do povoado de Galeão, ou a região como um todo, incluindo a ilha sede de Cairú e a parte do continente correspondente à vila de Valença, no rio Una. De qualquer forma, para os escravos da região, os quilombos da ilha de Tinaré parecem ser um importante lugar de referência.

A carta do Juiz é incerta também sobre a quantidade de comunidades quilombola formadas na Ilha. Ele cita não ter “podido destruir os dos quilombolas *do centro*”. É claro que existiam assentamentos de escravos fugidos no centro da ilha, mas a carta não deixa claro se era uma ou mais comunidades.

Segundo as informações levantadas no trabalho etnográfico, até a primeira metade do século XX, haviam três comunidades no centro da ilha, onde não havia sede de fazenda e só eram habitadas por descendentes de escravos. São elas: Champrão, Iquirá e Cipó de Jorge. Dona Almerinda, uma das moradoras mais antigas de Galeão, nasceu na antiga comunidade denominada Champrão, no ano de 1931. A anciã não sabe dizer quando a esta foi formada, mas afirma que tanto Champrão, como Iquirá “duraram muitos anos, por que as pessoas que tinham lá muitas nasceram e morreram naquela região”. Segundo ela, em Champrão “havia

casa de farinha, muitas roças, um bocado de árvores [frutíferas], muitas casas de moradores, hortas, criação de galinha, tinha tudo!” Ela lembra das casas construídas com paredes de sapé e cobertas com folhas de piaçava. Como não havia luz elétrica, as noites eram iluminadas por lampião. Ainda segundo as lembranças de Dona Almerinda, as pessoas de Champrão e Iquirá faziam muitas festas para dançar ao som de violão e cavaquinho.

Outra moradora antiga de Galeão é D. Maria, de 77 anos. Ela conta que nasceu em Galeão, mas viveu em Iquirá, onde seus pais tinham roça. Ela lembra com orgulho que em Iquirá e Champrão tudo se plantava: “meu pai trabalhava na roça (...) plantava tudo, mandioca aipim, maxixe, o que vinha! (...) abóbora, banana (...) feijão (...) arroz só dava no brejo e lá tinha muito. Nós plantava muito!” Dona Maria conta ainda que em Iquirá não tinha casa de farinha. Então, toda a mandioca plantada era levada para Champrão, no lombo do burro, para ser processada na casa de farinha.

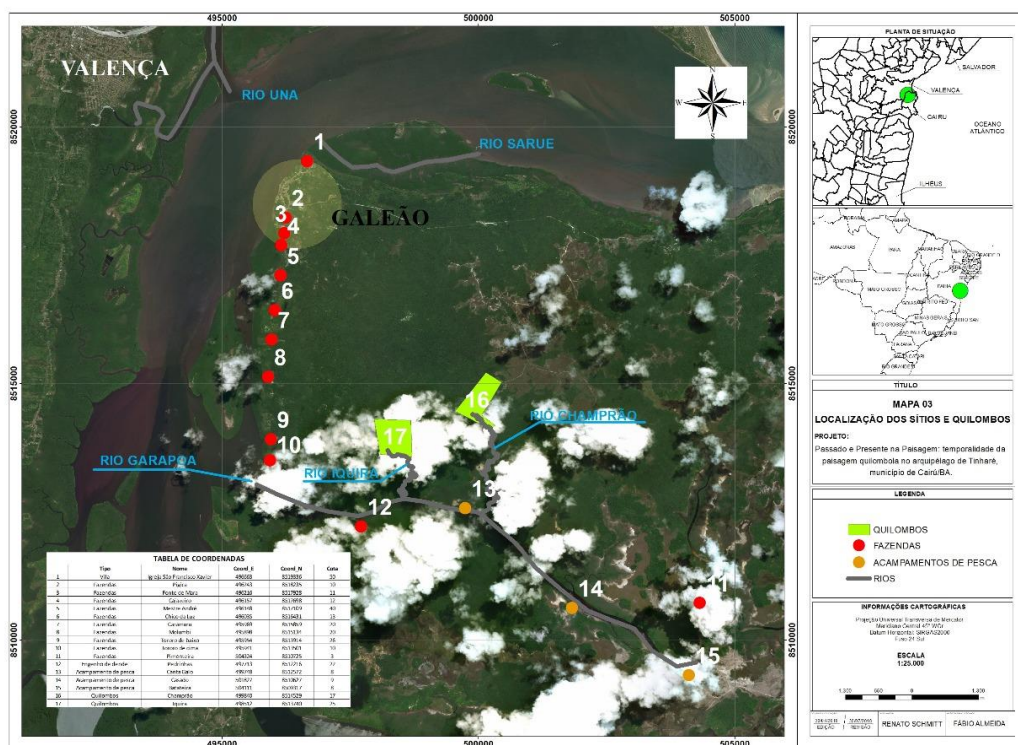
As duas localidades estão distantes por terra aproximadamente 1,5 km uma da outra. Pelos canais, o caminho é mais longo, pois não existe acesso direto. Esta região fica no interior da ilha, triangulando à cerca de 7 quilômetros ao sul da vila de Galeão e 3 a 5 quilômetros ao leste do sítio Tororó. Iquirá está localizada entre Champrão e o sítio Tororó, em um morro de 40 metros de altitude. Champrão está em um morro menor, de aproximadamente 30 metros em relação ao mar. Os sítios fazendas estão ao longo do mangue que beira o mar, em altitudes que não ultrapassam os 20 metros, com exceção do sítio Tororó de baixo que está a 26 metros de altitude.

Atualmente o acesso por terra é feito por uma trilha, a partir da Vila de Galeão. O interior da ilha possui muitas trilhas, algumas das quais estão abertas para a passagem do trator que carrega piaçava. No entanto, antigamente as trilhas eram estreitas e pouco conhecidas pelos senhores das fazendas e guardas. Como conta D. Maria, o transporte era feito por burro, carregando o panacum no lombo<sup>29</sup>. Segundo o jovem catador de piaçava conhecido como Lelinho, a trilha que leva para Champrão e Iquirá é conhecida como “Maria Joana”. D. Almerinda confirmou esta informação<sup>30</sup>.

No entanto estas trilhas só eram conhecidas pelos escravos – catadores de piaçava, de dendê, de coquilho, cortadores de lenhas – e quilombolas. Talvez os agregados e jornaleiros, trabalhadores livres pobres, também conheciam as trilhas e caminhos das matas. Estes trabalhadores deveriam ter relações comerciais ou afetiva com os quilombolas. Os quilombolas poderiam vender madeira para os jornaleiros fabricarem as canoas. Em muitas bibliografias sobre quilombos históricos, o comércio de madeira é uma atividade econômica praticada pela população fugitiva (ASSUNÇÃO, 1996; CARVALHO, 1996; FUNES, 1996;

GOMES, 1995; 1996; GOULART, 1972; REIS, 1996). Segundo Décio Freitas, a comunidade próxima e comerciantes da região sabiam da existência e localização dos quilombos, porém não comunicavam às autoridades, uma vez que lhes interessava o comércio com os fugitivos (FREITAS, 1982).

Em Tinaré, até mesmo as autoridades sabiam onde provavelmente os quilombos estavam localizados. No entanto, o local não era de fácil acesso. Se a distância por terra não era muita, a geografia do terreno e a vegetação dificultavam o acesso. Além disso, os dois quilombos, Iquirá e Champrão, estão localizados estrategicamente em dois morros adjacentes, formando uma espécie de linha de contenção, tanto para uma comunidade quanto para outra, em qualquer direção de ataque ou defesa. Além disso, as duas comunidades também eram providas de portos, dando acesso à córregos rasos e, destes, direto ao canal maior podendo adentrar na ilha em direção ao mar, ou sair da ilha em direção ao continente (ver Mapa). Provavelmente, essa informação era conhecida (ou suposta) pelo Juiz, pois ele cita a formação de “vários cercos”, como estratégia para acabar com os quilombos do centro da ilha.



Mapa - Localização dos Sítios Arqueológicos Mapeados

Localizado no topo do morro mais próximo das fazendas, o sítio Iquirá está há cerca de 5 quilômetros de distância e 20 metros de desnível topográfico em relação à última fazenda, sendo que a trilha é no meio da vegetação de mata tropical densa. Pelo outro lado, ao

norte do sítio Champrão, a distância é maior. O caminho para a vila é de mais de 7 quilômetros pelo interior da Ilha, atravessando a vegetação rasteira e o sedimento arenoso da restinga. Caso houvesse qualquer movimentação de tropas daria tempo para os quilombolas protegerem as crianças, em uma ou outra comunidade, antes de enfrentarem a tropa.

Por água o caminho é ainda mais protegido. Para chegar tanto em Iquirá quanto no Champrão, só há um córrego para cada uma das localidades. Ambos os córregos são meandrados e rasos, permitindo apenas o uso de canoa de remo para auxiliar o acesso. O córrego Iquirá tem mais de um quilômetro de extensão e o córrego do Champrão tem quase três quilômetros. Ambos têm a foz no canal que corta a ilha de Tinharé, em mais de dez quilômetros de distância da vila (ver Mapa).

Vemos que, a estratégia de localização dos quilombolas deve ter sido fundamental para sua manutenção em uma sociedade onde os quilombos sempre ofereceram risco à ordem escravocrata. Além da segurança, outro fator estratégico de localização das comunidades de escravos fugidos é a produção de alimentos. Como as moradoras mais antigas de Galeão contam, as duas comunidades produziam muitos alimentos da roça. Mesmo depois das famílias se mudarem para a vila de Galeão, elas permaneceram com suas roças em Iquirá e Champrão. Isso indica que as terras destes lugares são melhores para o cultivo do que as terras ao redor da vila.

Para além do trabalho de roça, deviam existir outras atividades econômicas nos quilombos de Tinharé. Provavelmente, a extração de madeira, das propriedades da piaçava e do coquilho também estavam entre as atividades dos quilombos, haja visto que estas atividades eram comuns na ilha e permanecem sendo até os dias de hoje. Além destas, a pesca deveria ser uma importante atividade. Tendo em vista as características do ambiente lagunar, os quilombolas tinham acesso às áreas de pesca e mariscagem em abundância.

O canal no interior da ilha possui pontos estratégicos de pesca. Nos sítios das antigas fazendas encontram-se vestígios de atividades de pesca recente. Há ainda outros sítios específicos de acampamento de pescas espalhados pelo ambiente lagunar. Até o momento, três sítios são classificados unicamente como assentamento de pesca, alguns com traços de ocupação antiga.

Conforme o trabalho de etnoarqueologia da pesca, desenvolvido por Lucas Silva (2011, p. 113-127), os sítios classificados como acampamentos de pesca possuem padrões de organização espacial dos objetos, característicos das atividades desenvolvidas neles. Assim, independente da região onde o sítio se encontra, a atividade de pesca dita o padrão espacial de organização dos objetos. Esse padrão é verificado nos sítios de pesca na ilha de Tinharé.

Principalmente a pesca de marisco, o amontoado de conchas são vestígios característicos, que comprovam com certa precisão a atividade desenvolvida, especialmente pela durabilidade do material.

Próximo à foz do rio Champrão há um sítio exclusivo de pesca denominado Cantagalo. Mais para dentro do rio, outro sítio se destaca na paisagem pela quantidade de conchas amontoadas, é o sítio Casado, um antigo acampamento de pesca que permanece ativo. Estes sítios se caracterizam pelo monte de concha bivalve amontoadada, com presença de patina. Sempre próximo das conchas há uma área de convivência dos pescadores, com vestígios de fogueira, estruturas de madeira formando uma mesa e camas suspensas. Ainda no sítio Casado foram encontrados vestígios de uma fonte cavada no entorno da nascente. Materiais de metal, como talheres e canecas também são encontrados na área destes sítios.

Assim como antigamente, ainda hoje é uma prática dos marisqueiros montarem acampamento no local ou próximo de onde eles coletam os moluscos. D. Maria trabalhava como marisqueira em um local denominado Batateira<sup>31</sup>. Ela conta que passava a semana ou as vezes meses trabalhando na coleta de marisco para vender. Só depois de coletar marisco suficiente para o sustento de sua família por um período suficiente para ficar em casa, ela retornava para sua casa na vila. Assim, a vida do marisqueiro se desenrola entre sua casa e os acampamentos de pesca. Por isso, supõem-se que os quilombolas também pescavam e mariscavam como alternativa de sustento.

A temporalidade da paisagem surge na relação estabelecida entre os diferentes tipos de sítios que compõe a territorialidade quilombola da ilha. Da mesma forma, os vestígios encontrados nos sítios são contextualizados. Aparentemente, eles apresentam um contexto com características de palimpsesto de ocupação. Como sítios palimpsestos, os vestígios arqueológicos revelam uma paisagem dinâmica, pouco ou nada estagnada apesar da continuação de muitas das atividades econômicas praticadas no passado. A paisagem é uma incessante construção, a partir das relações e movimentação social. Assim, o que antes era um assentamento de pesca, atualmente é uma comunidade quilombola; ou o que antes era uma fazenda, hoje é um acampamento de pesca.

## 5 Conclusão

A pesquisa junto à comunidade quilombola de Galeão e nos sítios da ilha de Tinaré ainda está em andamento. Muitos aspectos sobre o processo de formação da comunidade e do atual núcleo de ocupação na vila de Galeão ainda estão sendo levantados. Seguindo os rastros

das informações obtidas pelo trabalho etnográfico junto aos moradores locais, tudo indica que a atual configuração da vila está diretamente associada ao processo de abandono dos sítios quilombolas no interior da ilha e das antigas sedes de fazendas situadas ao longo do mar.

Estas informações deverão ser contrapostas à análise da cultura material encontrada nos respectivos sítios e comparadas entre si. Espera-se com isso, interpretar possíveis indícios sobre os padrões simbólicos e comportamentais que remetam ao modo de vida e sociabilização dos diferentes segmentos sociais da vila de Galeão. Todavia, a partir dos elementos que compõem os referenciais da paisagem cultural da comunidade, a dinâmica paisagem quilombola da ilha de Tinharé está traçada como um verdadeiro “campo negro” (GOMES, 1995).

Nota-se, no entanto, que os lugares de referência da paisagem dos moradores de Galeão remetem aos sítios históricos associados ao período escravocrata e ocupado até os dias de hoje. Mesmo a identidade quilombola não sendo unanimidade entre os moradores, a história da paisagem regional e os sítios associados a este período histórico permanece na memória dos moradores mais velhos e são transmitidas aos mais jovens. Os sítios arqueológicos mapeados na ilha de Tinharé são parte da história diacrônica compartilhada entre as gerações de moradores de Galeão e, conseqüentemente, influenciam as relações e identidades local. A partir desta percepção espacial, os antigos assentamentos no interior da ilha, que podem ser associados a antigos quilombos, além de fazendas e acampamentos de pescas, permanecem como referência da paisagem para muitos moradores de Galeão.

No entanto, vale lembrar que os assentamentos de escravos fugidos foram estrategicamente formados para não serem encontrados. Por isso, ainda hoje o maior desafio das pesquisas arqueológicas sobre este tema é identificar os sítios e traçar paralelos entre a cultura material existente e a identidade forjada por estes africanos e afrodescendentes no contexto da diáspora forçada para a América.

Não obstante, acredita-se que através da pesquisa arqueológica com abordagem interdisciplinar entre a história, a etnografia e a geografia seja possível mapear este patrimônio histórico cultural de referência africana, que contribuiu com parte significativa de seguimentos da atual sociedade nacional.

A partir desta abordagem de pesquisa, espera-se transpor os desafios de invisibilidade e ser possível contextualizar a cultura material quilombola presente na ilha de Tinharé com sua dinâmica temporal, tanto do passado, quanto do presente. Objetiva-se com isso, traçar aspectos de continuidade e mudanças da cultura material quilombola, associados à história de

longa duração da comunidade de Galeão e assim, contribuir com o fortalecimento e autonomia desta comunidade.

Além disso, desde o campo científico da arqueologia, pretende-se contribuir com os estudos arqueológicos da diáspora africana na América

**Agradecimentos:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Referências

AGOSTINI, C. *Cachimbos de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX*. Monografia apresentada na obtenção do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1997.

AGOSTINI, C. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. In: *Revista de História Regional*. Departamento de História – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Vol. 3, nº 2, p. 113-137, Inverno, 1998a.

AGOSTINI, C. Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: AGOSTINI, Camila (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Sete Letras Ed., Rio de Janeiro, 2013, p. 59-81.

ALLEN, Scott. A “cultural mosaic” at Palmares? Grappling with historical archaeology of a Seventeenth-Century brazilian quilombo. In: FUNARI, P.P. (Org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas, Unicamp, 1998: 141-178.

ALMEIDA, F. G. Terra Negra de Quilombo: Arqueologia da Resistência e etnoarqueologia no território quilombola dos Mandira, Cananéia (SP). Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Arqueologia. MAE/USP, 2012.

AMARAL, Assunção J. P. Remanescentes das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia – conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença. In: *Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30, 2009, p. 179-206*.

ARMSTRONG, Douglas V.; KELLY, Kenneth G. Settlement Patterns and the Origins of African Jamaican Society: Seville Plantation, St. Ann's Bay, Jamaica. In: *Ethnohistory* 47(2): 369-397, 2000.

ASSUNÇÃO, Matthias R. Quilombos Maranhenses. In: Reis, João José; Gomes, Flávio dos S. (Org.). *Liberdade por um fio - História dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Companhia da Letras, 1996, p. 433 - 466.

BESPALEZ, E. Levantamento arqueológico e etnoarqueológico na Aldeia Lalima, Miranda/MS: Um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Arqueologia. MAE/USP, 2009.



- CAMPOS, Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1937] 1981.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CRUZ, Ronaldo Lima. Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbos: a efemeridade da extração do zimbo no Sul da Bahia. In: *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, nº 01, Ano I, agosto de 2010 (site: [www.revistapindorama.ifba.edu.br](http://www.revistapindorama.ifba.edu.br)).
- DELLE, James A. *An Archaeology of Social Space: Analyzing Coffee Plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998.
- DIAS, Marcelo Henrique. A Capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, M. H.; CARRARA, A. A. *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007a, p. 47-116.
- DIAS, Marcelo Henrique. A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus. In: DIAS, M. H. & CARRARA, A. A. *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007b, p. 183-232.
- EPPERSON, Terence. Panoptic Plantations: The Garden Sights of Thomas Jefferson and George Mason. In: *Lines That Divide: Historical Archaeologies of Race, Class and Gender*, edited by James A. Delle, Robertn Paynter and Stephen A. Mrozowski. Knoxville: University of Tennessee Press, 2000, p. 58-77.
- FAIRBANKS, Charles. H. The Plantation Archaeology of Southeastern Coast. In: *Historical Archaeology*, (18): 1, 1-14, 1984.
- FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Cleo Caravela 4. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FUNARI, Pedro Paulo A. O estudo arqueológico do Quilombo de Palmares. In: *História em Revista*. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, p. 201-208, 1996b.
- FUNARI, Pedro Paulo A. (Org). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1998a.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas*. Paper apresentado no VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, patrocinado pela Presidência da República, em Brasília, novembro/2007. E-Premissas, v.3, p. 1-15, 2008.
- FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: histórias e memórias dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Companhia da Letras, 1996, p. 467-498.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala. Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GOMES, Flávio dos Santos. Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Companhia da Letras, 1996, p. 263 - 290.

- GOMES, Flávio dos Santos. Outras cartografias da plantation: espaços, paisagens e cultura material no sudeste escravista. In: AGOSTINI, Camila (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Sete Letras Ed., Rio de Janeiro, 2013, p. 83-103.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos*. Uma história do campesinato negro no Brasil. Coleção Agenda Brasileira. 1. ed.. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil*. Temas Brasileiros. Rio de Janeiro: Conquista: INL, 1972.
- GUSMÃO, Neusa M. M. A dimensão política da cultura negra no campo: uma luta, muitas lutas. Tese de Doutorado - Depto de Antropologia – FFLCH/USP, 1990.
- GUSMÃO, Neusa M. M. Terra de Pretos, Terra de Mulheres – Terra, Mulher e Raça num Bairro Rural Negro. In: *Fundação Cultural Palmares*. p.147-208, 1996.
- HODDER, Ian. *Theory and practice in archaeology*. London; New York: Routledge, 1992.
- JACOBUS, André. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. *Revista do CEPA*, vol. 20 (23), 1996: 7-58.
- LEONE, Mark; LAROCHE, C. J.; BABIARZ, J. J. The archaeology of Black Americans in Recent Times. *Annual Reviews of Anthropology*, 13, 15, p. 575-599, 2005.
- LISBOA, Baltazar da Silva. Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 37, 1915, p. 1-22.
- MORALES, Walter F. A cerâmica “neobrasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 11: 165-188, 2001.
- ORSER, Charles Jr. The archaeology of the African diaspora. In: *Annual Review of Anthropology*, 1998 (27):63-82.
- REIS, João J. *Rebeliões escravas no Brasil: a história do levante dos malês*. São Paulo: CIA das Letras, 1991.
- REIS, João J. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: Reis, João José; Gomes, Flávio dos S. (Org.). *Liberdade por um fio - História dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996, p. 3320-372.
- SANTOS, Iris Gomes; SCHOMMER, Paula Chies; ACCIOLY, Miguel da Costa (Orgs.). *Aprendendo com identidades e diversidades de comunidades tradicionais de pesca e mariscagem do Baixo Sul Baiano*. Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPq, 2009.
- SANTOS, M. José dos. Mulheres quilombolas: memória é acervo de nossa história. In: *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v. 2, n. 1, 2012.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835. São Pulo: Cia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.
- SÍLVA, Fabíola A. O plural e o singular das Arqueologias Indígenas. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 25, p. 24-42, 2012.
- SÍLVA, Fabíola A. Território, lugares e memória dos Assurini do Xingu. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 26, p. 28-41, 2013a.

SÍLVA, Fabíola A. Arqueologia Colaborativa com os Assurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara - Terra Indígena Koatinemo. *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), v. 58, p. 142-173, 2015b.

SÍLVA, Francisco Carlos T. da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colonial. (Salvador e Rio de Janeiro 1680 – 1790)*. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1991.

SILVA, LUCAS.

SINGLETON, T. A. The Archaeology of Slavery in North America. In: *Annual Review of Anthropology*, (24) 1995:119-140.

SINGLETON, T. A. Liberation, and emancipation: constructing a postcolonial archaeology of the African diaspora. In: J. Lydon e U.Z. Rizvi (Eds.). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. Walnut Creek, Left Coast Press INC. 2010. p. 185-198.

SINGLETON, T. A. *Slavery Behind the Wall: An Archaeology of a Cuban Coffee Plantation*. Gainesville: university Press of Florida. 2015.

SOUZA, Marcos A. T. Ouro Fino. Arqueologia Histórica de um Arraial de mineração do século XVIII em Goiás. Dissertação de Mestrado. Programa de História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. UFG, 2000.

SOUZA, Marcos A. T. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul – Cultura Material, Discursos e Práticas*, ed. Por Andrés Zarankin e Maria X. Senatore, p. 63-86, Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002.

SOUZA, Marcos A. T. Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1 (1): 57-88, 2007.

SOUZA, Marcos A. T. Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, v. 5, p. 147-173, 2016.

SOUZA, Marcos, A.T. & AGOSTINE, Camila. Body marks, pots and pipes: some correlations between African scarifications and pottery decoration in eighteenth and nineteenth-century Brazil. *Historical Archaeology*, v. 46, p. 102-123, 2012.

STUCHI, Francisco Forte. A Ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA). História indígena e Etnoarqueologia. Dissertação de mestrado. MAE/USP, 2010.

SYMANSKI, Cláudio. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 1 (2), p. 7-36, 2007.

SYMANSKI, Cláudio. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, v. 14, p. 295-312: 2010.

SYMANSKI, Cláudio. The Place of Strategy and the Space of Tactics: structures, artifacts and power relations on sugar plantations of West Brazil. *Historical Archaeology*, v. 46, p. 124-148, 2012.

SYMANSKI, L. C. P; SOUZA, M. A. T. de. 2007. O Registro Arqueológico dos Grupos Escravos: Questões de Visibilidade e Preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2007 (33): 215-242.

VILHENA, Luís Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Ba: Editora Itapuã, 1969.

---

## Notas

<sup>1</sup> Principalmente as pesquisas desenvolvidas nas fazendas escravocratas (*plantations*) demonstram como a distribuição espacial das estruturas de moradia e trabalho foi planejada como forma de controle e manutenção social do regime escravista (ARMSTRONG AND KELLY, 2000; DELLE, 1998; EPPERSON, 2000; SINGLETON, 2015; SYMANKI, 2010; 2012).

<sup>2</sup> Fonte: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=88](http://www.palmares.gov.br/?page_id=88), acesso em 15.09.2016.

<sup>3</sup> Samburá é um cesto para carregar peixe ou caranguejo; bicheira é uma vara com uma empunhadura de um lado e um anzol na ponta; embiricica é uma corda com uma cabaça na ponta para prender os peixes alinhados; pulça é uma rede de pegar camarão. Ripicher é uma rede para faxiar a camboa. Faxiar é apanhar peixe ou camarão presos na cozinha da camboa Munzuá é uma armadilha confeccionada com cipó, utilizada para pegar peixe e moreia no mangue.

<sup>4</sup> Esta foi a primeira proibição, que viria a ser seguida de várias repetições em diferentes momentos em que a produção de açúcar aumentava e de diferentes formas nos dois próximos séculos (APB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial. Série: Câmara de Cairú. Maço 1279 – Presidência da Província/ Câmara de Cairú (1853/1889); Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairú (1830/1886)) Ver também SCHWARTZ, 2001, p. 157 - 170.

<sup>5</sup> Esta proibição inicial configurou-se como um *lob* dos senhores de engenho do Recôncavo para manterem o monopólio do lucrativo comércio de açúcar. Colocado sob pressão, o Governador Geral passava apuros com o abastecimento de alimentos em Salvador. Por outro lado, os engenhos de Cairú, Boipeba e Camamu não tinham condições políticas ou financeiras de ir contra a ordem do Governador. Então, os engenhos foram fechados nestas comarcas e toda a mão de obra voltou-se para fornecedor farinha de mandioca para Salvador e para os engenhos do Recôncavo, além das tropas militares.

<sup>6</sup> Documentos históricos do século XVIII apontam que uma alta quantidade de madeira da ilha de Tinharé e região foram exportadas para Portugal, destinadas à Ribeira das naus em Lisboa. Além destas madeiras para a indústria naval, outros carregamentos foram destinados às obras do Palácio Real, Paço da Ribeira, também localizado em Lisboa, na margem do rio Tejo. O custo das madeiras foi fornecido pelos cofres do rei, proporcionando uma alta lucratividade para Cairú, neste século. Em uma das cartas escritas ao administrador das feitorias de Cairú, em 1726 o então vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, agradece o empenho do primeiro no carregamento de duas charruas e informa que as outras duas “estão prontas para sair todas as vezes que este der lugar”. O vice-rei ainda solicita: “Em companhia delas mandará o administrador as barcas carregadas de *madeiras miúdas* na forma da minha ordem”. Neste caso não tem como precisar qual “madeira miúda” a autoridade ordenará ao administrador das feitorias. O relato sugere uma distinção entre dois tipos de madeiras: uma “miúda” em oposição a uma “graúda”, mas não especifica qual é tipo de madeira ou, tão pouco, seu destino. Coleção Documentos Históricos da Nacional (doravante DHBN), vol. LXXIII, p. 159-160 (02 de agosto de 1719).

<sup>7</sup> A lista apresentada por Schwartz e analisada por outros pesquisadores, como Francisco Carlos T. da Silva, encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), I31, 30, 51.

<sup>8</sup> A quantidade de seis pessoas para cada proprietário sustentar está baseada no número de habitantes em 1757, descontando a projeção de escravos e produtores em 1780, dividido pelo número de produtores em 1780.

<sup>9</sup> Mocambos é a denominação presente nos documentos históricos para se referir aos assentamentos de escravos africanos fugidos.

<sup>10</sup> O documento citado encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU (Lisboa), Bahia pap. Avul. Caixa 10, 1ª. ser. Não catalogado.

<sup>11</sup> Cairú só terá uma guarda com patrulha na década de 1830, no Brasil Império (documento APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2296, Correspondências de Juízes, Cairú (1828/1888) (19 de setembro de 1830). No entanto, como veremos, o corpo das guardas era insuficiente pela extensão do município e os Juízes e vereadores solicitavam incessantes reforços à capital.

<sup>12</sup> DHBN, vol. LXXIII, p. 293 (18 de agosto de 1720).

<sup>13</sup> Para mais informações sobre a estrutura formada para combater quilombos, ver Guimarães, 1988, p. 63-99). O autor mostra como a sociedade mineira se reestrutura de modo a absorver os choques que ocorrem pela existência dos quilombos.

<sup>14</sup> DHBN, vol. LXXVI, p. 128 (02 de agosto de 1719) e p. 330 (22 de fevereiro de 1736).

<sup>15</sup> AHU, Conselho Ultramarino, código 247 (25 de maio de 1735), documento citado em Schwartz, 2001, p.225.

<sup>16</sup> APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2296, Correspondências de Juízes, Cairú (1828/1888) (19 de setembro de 1830).

<sup>17</sup> APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (02 de abril de 1829).

<sup>18</sup> O zimbo (etimologia *Quimbundo nzimbu*) é um molusco univalve. No século XVIII, ele era coletado no sul da ilha de Tinharé e em Boipeba e exportado, especialmente, para o Congo e Angola, onde era trocado como moeda (ver CRUZ, 2010).

<sup>19</sup> Sobre o assunto ver Agostini, 2002a; 2013, p.59-81; GOMES, 1995; 1996; 2013, p. 83-103; REIS; 1996; SOUZA, 2002; 2015, entre outros.

<sup>20</sup> APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de junho de 1832). Grifo do autor.

<sup>21</sup> Tudo indica que Sororó é corruptela de Tororó.

<sup>22</sup> Estes são mencionados no artigo 18 da postura publicada em 1831 pela Câmara de Cairú, documento mencionado no capítulo anterior. APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Postura. Maço 856, Posturas, Câmara de Cairú (1830/1886) (21 de outubro de 1831).

<sup>23</sup> APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de junho de 1832). Grifo do autor.

<sup>24</sup> APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de junho de 1832). Grifo do autor.

<sup>25</sup> Para exemplificar algumas comunidades quilombolas formadas pelo protagonismo histórico de mulheres, podemos citar o Campinho da Independência, no município de Parati/RJ (GUSMÃO, 1990; 1996); Açudes, na Serra do Cipó/MG (visita do autor); Onze negras, em Cabo de Santo Agostinho/PE (SANTOS, 2012); Saracura, em Santarém /PA (AMARAL, 2009, p. 179-206); entre muitas outras.

<sup>26</sup> APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Policial/ subdelegacia. Maço 3004, Correspondências do Chefe de Polícia ao vice-presidente da Província, Engenho Timbó, Cairú (1842 – 1859) (19 de maio de 1851).

<sup>27</sup> APEB, Seção de arquivos Colonial/ Provincial, Série Judiciário. Maço 2626, Correspondências de Juízes, Valença (1827/1833) (30 de junho de 1832). Grifo do autor.

<sup>28</sup> Apenas um ano depois, provavelmente devido a relevância das informações apresentadas pelo Juiz de Valença, a administração provincial cria o Distrito de Galeão, com um Juiz de Paz designado para a localidade.

<sup>29</sup> Panacum é o nome do cesto feito de palha para carregar mantimentos no lombo do burro. Ainda hoje o Sr. Zito confecciona este tipo de cesto.

<sup>30</sup> A toponímia dos nomes dos lugares ainda não foi explorada com maior detalhe. Estas informações serão exploradas nas próximas etapas de campo.

<sup>31</sup> O sítio Batateira está localizado mais para dentro do rio, na margem direita. Há mais de trinta anos, a Batateira está ocupado por um grupo de moradores da região, que se autodenominam quilombola. A história do lugar é peculiar, por tratar-se de um antigo acampamento de pesca, foi utilizado como curral eleitoral por um dos políticos da região para se eleger e, as mesmas pessoas trazidas para votarem no político, hoje exigem suas terras por eles serem auto reconhecidos como comunidade quilombola. No entanto, a história da comunidade é ainda mais peculiar, pois, segundo os moradores de Galeão contam, eles eram pessoas sem lugar certo, viviam mudando de região e de fazenda, sem ter para onde ir, até serem levados para a Batateira pelo político, onde construíram casas, igreja, fizeram fontes e continuam vivendo da pesca. Segundo a classificação de Décio Freire (1982), os moradores da Batateira seriam classificados como quilombos itinerantes antes de formarem o núcleo da Batateira.